

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E SETE

-----Aos vinte e dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária. Tendo-se verificado a ausência do Presidente da Mesa e Primeiro Secretário, o Segundo Secretário propôs a eleição da Mesa para a presente sessão, de entre os membros presentes. Deram entrada duas listas: a Lista A, que propunha para Presidente – Albino Costa, Primeiro Secretário – Luciano Sampaio e Segundo Secretário – Manuel Cunha; e a Lista B, propunha para Presidente – José Manuel Batista, Primeiro Secretário – Joaquim Magalhães e Segundo Secretário – Orlando Carvalho Leite. Tomou a palavra Joaquim Magalhães para alertar que se havia cometido uma ilegalidade, uma vez que, o Secretário presente na Sessão deveria presidir à mesma, devendo eleger apenas os membros em falta para a constituição da Mesa. O Segundo Secretário, Manuel Cunha, esclareceu que, em conformidade com o Regimento, deveria ser eleita nova Mesa, não especificando se os membros anteriores se mantinham ou não. Esclarecida a situação, procedeu-se à votação para eleger o Presidente da Mesa e o 1.º Secretário. Entretanto, Pedro Frazão usou da palavra para questionar se os substitutos dos Presidentes das Juntas de Freguesia não poderiam votar, atendendo a que têm assento directo. O Segundo Secretário, Manuel Cunha, esclareceu que apenas se procederiam às substituições após a composição da Mesa. Efectuada a votação, obteve-se o seguinte resultado: Lista A - trinta e oito votos; Lista B – dezassete e três brancos. Tomaram assento os representantes da Lista eleita.-----

-----Verificada a existência de quorum, pelo Presidente em substituição, foi dado início à sessão quando eram dez horas e quinze minutos. Seguidamente, foram enunciados os pedido de suspensão de mandato, por um período de 30 dias, por se encontrarem ausentes do Município, apresentados pelos seguintes membros: Raúl Jorge Fernandes Cunha, Manuel Fernandes Cunha, Isabel Oliveira Ferreira, Lúcia Fernandes Mendes e Manuela Maria Nogueira Jordão, todos eleitos pelo Partido Socialista e o Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos. Pediram também substituição, Susana Fátima Amorim P. C. de Almeida, Belarmino Oliveira Costa e António Jorge Nogueira Barroso, todos

eleitos pelo Partido Social Democrata. Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade. Pediram, ainda, a substituição os Presidentes das Juntas de Silves S. Martinho, Arões S. Romão e Regadas, pelos respectivos Secretários. Foi também comunicada a existência de dois pedidos de renúncia de mandato: António Luís Oliveira da Cunha, eleito pela Coligação Democrática Unitária e Daniel Davide Silva Bastos, eleito pelo Partido Socialista. Tomaram assento na Assembleia os respectivos substitutos, após a assinatura do livro de presenças, registando-se a presença de sessenta e oito membros.-----

-----De seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente da Assembleia Municipal que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem.-----

-----Posteriormente, foi dado conhecimento da existência de duas propostas. A primeira proposta, subscrita por um conjunto de Membros da Assembleia, na qual é solicitado o envio das actas aos Membros substitutos, das sessões a que os mesmos tenham estado presentes, e, na medida do possível, ser-lhes fornecido o teor das convocatórias de forma a poderem preparar possíveis intervenções sobre os assuntos nelas visados.-----

-----Foi dada a palavra a Leonor Castro que começou por esclarecer que não era uma proposta da Coligação Democrática Unitária, mas sim uma iniciativa de José Humberto Castro, e que a tinha subscrito, a exemplo de outros Membros da Assembleia Municipal, por achar que o facto de não chegar informação aos elementos substitutos condicionava as suas intervenções nas sessões em que estariam presentes.-----

-----Seguidamente, foi dada a palavra ao primeiro subscritor, José Humberto Castro, que reforçou a ideia constante da proposta, nomeadamente, que ele havia estado presente em algumas sessões e não tinha recebido as actas referentes às mesmas, ou mesmo as convocatórias. -----

-----Posteriormente, interveio Pompeu Martins para questionar sobre a legalidade do requerido, uma vez que as actas são públicas. Quanto ao envio das convocatórias aos Membros substitutos, mencionou que isso, na maioria das vezes era impossível, por os mesmos darem conhecimento da sua substituição apenas na própria sessão.-----

-----De seguida, tomou a palavra o Presidente da Mesa para referir que também tinha algumas dúvidas, mas que achava não haver qualquer

inconveniente relativamente ao envio das mesmas. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.-----

-----Seguidamente, foi apresentada a segunda proposta, um Voto de Congratulação subscrito por Olinda Teixeira Alves, relativo às publicações da Portaria, no Diário de República, que regulamentava os procedimentos da Interrupção Voluntária da Gravidez, e, das Resoluções do Conselho de Ministros que aprovaram os Planos Nacionais contra o Tráfico de Seres Humanos, para a Igualdade – Cidadania e Género e contra a Violência Doméstica. Tomou a palavra a proponente para dizer que o documento falava por si, e que esperava que os Planos aprovados aplicassem o estatuído na Constituição Portuguesa. Colocada a votação, foi aprovada, por maioria, com nove abstenções.-----

-----Não havendo mais propostas e ainda no período de Antes da Ordem do Dia, seguiram-se as intervenções dos membros inscritos. Iniciou o período Miguel Summavielle. Começou a sua intervenção, fazendo um reparo ao mau funcionamento da Assembleia Municipal, nomeadamente, ao acto da eleição da Mesa. Nestes termos, chamou a atenção da Mesa, por, uma vez mais, não ter sido incluída na Ordem de Trabalhos para discussão a temática dos Fogos Florestais, em conformidade com uma deliberação da Assembleia tomada numa Sessão anterior. Atendendo ao repetitivo incumprimento por parte da Mesa na introdução do referido ponto na Ordem de Trabalhos, comunicou que iria requerer a inclusão do mesmo na Ordem de Trabalhos da sessão seguinte.-----

-----Terminada a sua intervenção, interveio Orlando Leite que fez uma análise crítica à actividade legislativa do actual Governo, nomeadamente, a algumas das suas pretensões como moralizar a conduta dos autarcas através da suspensão do mandato por força de uma acusação judicial e a aprovação de uma nova Lei Eleitoral das Autarquias. Relativamente ao reforço das competências das Assembleias Municipais, louvou o entendimento sobre a necessidade de reforçar os poderes fiscalizadores do referido órgão autárquico. Afirmou que aguardava com confiança que os partidos políticos pudessem encontrar soluções de forma a dignificar o poder autárquico, dando prevalência aos Municípios. Finaliza a sua intervenção questionando o Senhor Presidente acerca da possível construção de um novo quartel da Guarda Nacional

Republicana; - sobre a necessidade da realização de obras no edifício do Tribunal com a finalidade de adequar as salas de audiência às suas necessidades, nomeadamente, sobre a possibilidade da sua realização a curto prazo; - em que ponto se encontravam as obras de requalificação do Jardim do Calvário e se estavam a decorrer segundo o calendário previsto ou se tinha existido alguma alteração; e, se a Câmara ia insistir no concurso do Bar do Jardim do Calvário ou se tinha outras alternativas, atendendo ao facto de não ter aparecido qualquer interessado. Chamou, ainda a atenção do Senhor Presidente da Câmara para o facto de na sessão da Assembleia realizada em Fevereiro ter alertado para a limpeza da entrada do Royal Center e a mesma não se ter efectuado.-----

-----De seguida, interveio Joaquim Magalhães que, a exemplo de sessões anteriores, fez uma dissertação sobre o Muro de Antime, referenciando a quebra de promessa do Senhor Presidente da Câmara quando interveio sobre o assunto, ao contrário do que tinha prometido, fazendo algumas considerações relativas à ética e lições de moral dirigidas ao interveniente. Neste sentido, alegou não reconhecer ao Senhor Presidente o direito e o saber absoluto para as considerações efectuadas, afirmando que, no presente particular, possuía mais moral para chamar o Senhor Presidente da Câmara à atenção do que o inverso. Seguidamente, fez uma descrição do conhecimento que tinha sobre o assunto em discussão. Apresentou alguns considerandos sobre a responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara na presente situação, reclamando ainda, sobre a prometida resposta por escrito que ainda não tinha recebido. De seguida, referenciou as declarações contraditórias efectuadas por um Presidente de Junta dizendo, também, que o mesmo tinha sido eleito para defender o seu povo e não os caprichos particulares. Seguidamente, fez uma chamada de atenção ao Presidente em substituição da sessão anterior relativa ao comportamento tido no período das intervenções dos membros da Assembleia, nomeadamente aquando da limitação do tempo de intervenção a apenas alguns membros, alegando que o programa *novas oportunidades* deveria ser cumprido pela Assembleia e por quem a dirigia.-----

-----Terminada a sua intervenção, tomou a palavra Ricardo Antunes para fazer uma breve análise sobre o PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território). Afirmou, ainda, que tinha sido com agrado que tinha verificado que

no PROT iriam ser definidas as zonas de risco e nesse sentido, questionou o Senhor Presidente da Câmara se, na Assembleia Municipal, iriam ser debatidas as definições dos regimes territoriais e de que forma é que essas zonas de risco, juntamente com a RAN e REN, iriam ter repercussões no que respeitava à área edificável e à política de licenciamento. Mostrou, ainda, o seu agrado por verificar que tinham sido consagradas nos PROT as normas orientadoras dos espaços urbanos e o combate que se iria fazer à urbanização difusa e dispersa bem como as normas de segurança e protecção civil. Congratulou-se, ainda, pela atenção demonstrada pelos políticos relativamente aos riscos, e à inclusão de peças gráficas na realização dos PROT's e da sua repercussão nos PDM's. Neste sentido, questionou a Câmara se já estavam na posse das referidas peças gráficas, nomeadamente da cartografia de base relativa aos riscos, e no caso da existência desse relatório, mencionou que gostaria de o ver discutido na Assembleia. Terminou a sua intervenção colocando algumas questões sobre a delimitação/limitação das freguesias do concelho, nomeadamente, se existia um grupo de trabalho definido; se existiam diferendos entre as freguesias na fixação dos limites; se o cadastro predial estava actualizado de forma a permitir uma delimitação exacta dos limites, e se a base cartográfica era consensual no que dizia respeito aos limites administrativos das freguesias do concelho. Perguntou, também, quais os critérios utilizados e definidos para a actualização dos limites, os marcos de fronteira, a toponímia dos lugares, a origem e situação jurídica dos limites e se estavam a ser consultadas todas as fontes diversas que poderiam ajudar na delimitação dos limites das freguesias. Solicitou, ainda, a participação dos Presidentes das respectivas Juntas de Freguesia.-----

-----Seguidamente, interveio Francisco Lemos para enaltecer a parceria estabelecida entre a Câmara a EDP e a GAMESA, que teve como objectivo o melhoramento do Museu Hidroeléctrico de Santa Rita, salientando o excelente resultado obtido.-----

-----De seguida, usou da palavra Alexandre Peixoto para demonstrar a sua preocupação com a existência de lixeiras de céu aberto, dando o exemplo da existente na Avenida de S. Clemente que aumentava diariamente. Fez ainda algumas sugestões relativas às Políticas de Juventude, nomeadamente, sobre

a utilização de equipamentos do Município para a realização de actividades para Jovens a baixos custos. -----

-----Seguiu-se a intervenção de Olinda Teixeira Alves, que iniciou a sua intervenção fazendo um apontamento sobre a forma como tinha decorrido o ano escolar do Primeiro Ciclo com a implementação das AECs, Inglês, Música, Educação Física e Expressões nas escolas do concelho, com a excepção das Escolas da Devesinha, do Santo e Conde Ferreira, devido às infra-estruturas existentes, salientando, no entanto, o esforço efectuado no sentido de que, no próximo ano lectivo, a Escola da Devesinha, ofereça as restantes actividades. Fez, ainda, uma observação ao número elevado de alunos que, em Portugal, não concluíam o ensino obrigatório ou o ensino secundário. Nesta sequência, referenciou como positivos os cursos profissionais que têm como objectivo recuperar os alunos em risco de abandono escolar, inserindo-os no mercado de trabalho, e dando como referência a Escola Secundária de Fafe que, no último ano lectivo tinha oferecido três cursos de Educação/Formação e que no ano lectivo seguinte iriam duplicar e estender-se a outros estabelecimentos de ensino.-----

-----Seguidamente, tomou a palavra a Presidente da Junta de Freguesia de Estorãos, Fátima Caldeira, que salientou algumas das actividades/iniciativas promovidas pela Câmara Municipal, nomeadamente, a comemoração do Dia da Criança, a Semana do Idoso e os Cursos de Iniciação à Informática para idosos. Manifestou, também, o apreço e respeito aos Restauradores da Granja pelo excelente trabalho efectuado na divulgação do património ambiental e turístico do concelho, através do Festival dos Percursos Pedestres, que também contou com o apoio da Autarquia, da Naturfafe, entre outras Instituições.-----

-----Terminada a intervenção de Fátima Caldeira, usou da palavra Pompeu Martins que salientou duas notas positivas ao Executivo. Aplaudiu a inauguração da Biblioteca Municipal, no dia 16 de Maio, salientando a sua qualidade arquitectónica. Mencionou, ainda, que com a realização dessa obra houve um aumento do espólio de livros existentes, bem como de equipamento, o que possibilitaria uma utilização com mais qualidade. Fez também uma recomendação no sentido deste espaço ser um local aberto e participado albergando todas as pessoas que querendo, lá pudessem elaborar os seus

projectos. Terminou a sua intervenção salientando, ainda, o trabalho efectuado pelo Museu da Emigração, nomeadamente, o Congresso Internacional de Migrações e Memórias. Referiu que o Museu da Emigração tinha sido um projecto que tinha gerado alguma desconfiança, mas que estava a ter reconhecimento além fronteiras, e credibilidade internacional.-----

-----De seguida, interveio o Presidente da Junta de Silvares S. Clemente para, relativamente à intervenção de Alexandre Peixoto sobre a lixeira existente na freguesia de Silvares s. Clemente, esclarecer que tinham sido efectuadas várias diligências com o depositário da referida lixeira com o intuito do mesmo proceder à remoção da mesma, o que ainda não tinha acontecido. Informou, ainda que existia um processo no Tribunal relativo ao assunto em questão e que também já tinham sido levantados autos de contra-ordenação. Finalizou a sua intervenção dizendo que continuaria a debater-se pela irradiação da referida lixeira, mesmo apesar do trato difícil do depositário do lixo.-----

-----Seguiu-se a intervenção de Leonor Castro que começou por fazer uma observação ao Presidente da Mesa referente aos comentários efectuados a alguns membros relativamente ao seu “poder de síntese”, alegando que esses comentários eram feitos sempre aos mesmos e a muito poucos, tornando-se intoleráveis. Seguidamente, e na sequência do compromisso assumido com a Directora da Escola EB 1 de S. Jorge, fez um esclarecimento relativo à sua intervenção na última sessão, nomeadamente às observações e questões efectuadas sobre o assunto da Escola EB1 de S. Jorge. Disse que para além de, na referida sessão não ter obtido qualquer resposta sobre o assunto, que do mesmo tinha resultado uma grande confusão, tendo sido, inclusive, contactada pela Directora da Escola em causa. Esclareceu, uma vez mais, que apenas tinha dado o testemunho de uma situação real que lhe tinha acontecido aquando da sua deslocação ao local. Mencionou, ainda, que aquando da sua intervenção tinha afirmado ter consciência de que muitas das questões colocadas seriam da responsabilidade do Ministério da Educação, mas que as tinha efectuado com o intuito da Câmara e Assembleia poderem agilizar uma série de soluções. Finalizou a sua intervenção sobre o assunto, dizendo que achava que situação tinha ficado esclarecida perante as pessoas envolvidas, porém lamentava que o mesmo não tivesse acontecido na Assembleia Municipal.-----

-----Por fim, terminou a sua intervenção saudando todos os trabalhadores que tinham feito greve no dia trinta de Maio expressando, dessa forma, o descontentamento quanto às medidas que tinham sido implementadas pelo Governo.-----

-----Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Mesa para esclarecer que o comentário efectuado a Joaquim Magalhães e ao seu “poder de síntese”, não tinha o propósito de fazer humor, mas de acalmar o tom tenso com que às vezes as Assembleias decorriam.-----

-----De seguida, interveio Alexandre Peixoto para agradecer os esclarecimentos do Presidente da Junta de Silves S. Clemente e que esperava que o assunto fosse resolvido o mais rápido possível.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Aboim para informar que tinha sido efectuada a vigésima sétima Marcha de Montanha dos alunos da Escola EB2,3 de Canelas, agradecendo o apoio do Município, da Naturfafa, da Guarda Nacional Republicana. Lamentou, ainda que a comunicação social não tenha feito a devida divulgação do evento.-----

-----Terminada a intervenção do Presidente da Junta, tomou a palavra Joaquim Magalhães para dizer que aquando das observações efectuadas pelo Presidente da Mesa sobre o seu “poder de síntese” não se tinha pronunciado porque aguardou que todos os membros interviessem para verificar se o tratamento iria ser o mesmo, o que não se tinha verificado, lamentando que o faça apenas a alguns. Afirmou, ainda, que não tinha falado “a correr”, porém, esse comportamento resultava do facto da Mesa, constantemente, fazer observações relativamente ao seu “poder de síntese”.-----

-----Não havendo mais intervenções, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas por vários Membros:-----

----- - Relativamente à construção de um novo quartel para a Guarda Nacional Republicana, disse que desconhecia se iria avançar rapidamente ou não, mas que existia a possibilidade dessa corporação ser instalada no edifício da Escola de Música José Atalaya;-----

----- - Quanto ao Tribunal, informou que tinham sido efectuadas diligências junto dos sucessivos Secretários de Estado no sentido de criar uma segunda sala de audiências; informou, ainda, que, recentemente, o Secretário de Estado

o tinha informado sobre a possibilidade de criação de uma Loja de Serviços/Loja do Cidadão e que a sua instalação poderia ser no Palacete;-----

----- - Informou que a obra do Jardim do Calvário não tinha sofrido qualquer atraso e que terminaria no final de Agosto/início de Setembro. Quanto ao Bar, disse que não tinham havido candidatos, atendendo ao elevado valor do investimento e que a solução passaria por a Câmara fazer o investimento para posterior concessão.-----

----- - Disse que se tinha esquecido de mandar limpar a fachada do Royal Center, facto pelo qual pedia desculpa, mas que iria mandar limpar.-----

----- - Relativamente ao muro de Antime, mencionou que não iria fazer qualquer comentário, mas que no devido tempo responderia.-----

----- - Quanto às questões colocadas por Ricardo Antunes, fez uma observação à sua pertinência e informou que eram questões que iriam ser debatidas em sede do PDM pela Assembleia Municipal.-----

----- - Relativamente à delimitação das freguesias informou que o IGP (Instituto Geográfico Português), tinha procedido às delimitações provisórias das freguesias e que as mesmas não eram consensuais entre freguesias e com os concelhos vizinhos. Disse ainda que a Câmara iria tentar consensualizar os limites com os concelhos vizinhos, porém entre as Freguesias teriam que ser as respectivas Juntas de Freguesia a chegar a um entendimento.-----

----- - Afirmou que concordava com as sugestões apresentadas por Alexandre Peixoto relativamente às iniciativas para os jovens e que daria o seu apoio sempre que solicitado.-----

----- - No que concernia à questão da lixeira, informou que existia um processo judicial de desobediência ao embargo e que seria julgado em altura própria.-----

-----Terminou a sua intervenção dizendo que, relativamente às restantes intervenções elogiosas do trabalho efectuado pela Câmara, se congratulava por a Assembleia ter estado atenta ao que estava a ser feito.-----

-----Como mais ninguém quis intervir, entrou-se de imediato **no PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. Tomou a palavra o Presidente da Mesa para propor que a Assembleia procedesse à votação dos pontos dois ponto um e dois ponto dois, ao mesmo tempo de forma a evitar duas chamadas. Nestes termos foram

apresentadas duas propostas para o **ponto dois ponto um – eleição de um representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Alto Ave** - Proposta A, apresentada pelo Partido Socialista e Proposta B, apresentada pelos restantes Partidos com assento na Assembleia Municipal. Colocada a votação, por escrutínio secreto, obteve o seguinte resultado: Proposta A – quarenta e dois votos, proposta B – dezassete votos, brancos – dois e nulos – um. Do resultado da votação foi eleito Manuel Cunha. Para o **ponto dois ponto dois – Eleição de um Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens** – foram, também, apresentadas duas propostas – Proposta C, apresentada pelo Partido Socialista e Proposta D, apresentada pelos restantes Partidos com assento na Assembleia Municipal. Colocada a votação, por escrutínio secreto, obteve-se o seguinte resultado: Proposta C – trinta e sete votos, Proposta D dezassete, quatro brancos e cinco nulos. Do resultado da votação foi eleita Isaura Nogueira.-----

-----Seguidamente passou-se para o **ponto dois ponto três – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal**. Tomou a palavra Pedro Frazão que iniciou a sua intervenção fazendo um pequeno reparo relativamente às intervenções dos Membros do Partido Socialista no Período de Antes da Ordem do Dia. Seguidamente e no que concernia ao Museu de Santa Rita, mencionou que tinha sido com apreço que tinha verificado que as obras do Museu tinham sido efectuadas, porém, lamentou que o mesmo não tenha acontecido com os acessos que se encontravam num estado deplorável. Concluiu, questionando sobre o motivo pelo qual o Museu tinha sido inaugurado, mas continuava encerrado. Seguidamente, interveio Leonor Castro para fazer um reparo, sobre a informação escrita. Afirmou que a mesma deveria ser uma apreciação dos trabalhos/actividades realizados desde a última Assembleia até à realização da informação, o que não tinha acontecido, nomeadamente, tinha verificado que na referida informação existiam indicações de obras/actividades como realizadas, quando as mesmas aconteceram em data posterior à recepção do documento (enumerou algumas).-----

-----Terminada a intervenção de Leonor Castro, usou da palavra Joaquim Magalhães que, na sequência da intervenção anterior, mencionou que a obra

de Antime, ao contrário do que estava descrito na informação, ainda não tinha iniciado. Terminadas as intervenções tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar os seguintes esclarecimentos. Quanto ao Museu de Santa Rita, explicou que o mesmo se destinava sobretudo às visitas das escolas e que atendendo a que estavam no final do ano lectivo, não seria oportuno manter-se aberto, até porque o equipamento ainda não estava a funcionar, uma vez que aguardava a vista dos técnicos. Relativamente aos acessos informou que a obra iria iniciar brevemente. Quanto às explicações referentes ao seu atraso, mencionou que as mesmas tinham sido dadas em sessões anteriores ao Presidente da Junta de Fornelos, repetindo-as. Relativamente à obra de Antime, mencionou que a mesma já deveria ter começado, porém, devido a uma atraso na entrega de documentação por parte da empresa (garantia bancária) para outorgar o contrato, tinha havido um ligeiro atraso no seu início. Finalmente interveio Pedro Frazão para dizer que os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente relativos à obra dos acessos ao Museu de Santa Rita não tinham sido os mesmos que os do Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos.-----

-----Entrou-se no **ponto dois ponto quatro – *Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à cedência de duas Escolas desactivadas de Silvares S. Martinho à Junta de Freguesia, pelo valor de 500,00 euros cada***. Foi dada a palavra a Miguel Summavielle que agradeceu ao Presidente da Junta de Freguesia as explicações objectivas sobre a futura utilização dos equipamentos solicitados, tornando possível uma votação consciente por parte dos Membros da Assembleia Municipal. Seguidamente interveio Pedro Frazão para perguntar ao Senhor Presidente se, relativamente a esta política de cedência de escolas às Juntas de Freguesia, se iria manter quanto às escolas da freguesia de Fafe; se, quando não fossem utilizadas, as iria ceder à Junta de Freguesia de Fafe. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder a Pedro Frazão, afirmando que para as ceder, a Junta de Freguesia teria que as solicitar, mas que a seu tempo responderia. Interveio, novamente, Pedro Frazão para dizer que tinha percebido as explicações dadas, porém que não tinha ficado satisfeito com a resposta, insistido na pergunta. Como mais ninguém quis intervir, foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com uma abstenção. Tomou a palavra o

Presidente da Junta de Aboim que fez a seguinte declaração de voto: *“Abstive-me e abster-me-ei sempre, enquanto na minha freguesia não for dado tratamento igual.”*-----

-----Seguidamente, passou-se para o **ponto dois ponto cinco – *Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 1 950,00 m², sita no Lugar do Assento, freguesia de Quinchães.*** Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para explicar o presente ponto. Seguidamente, interveio Miguel Summavielle para solicitar ao Presidente da Junta de Freguesia que esclarecesse se concordava ou não com a cedência da parcela de terreno ao Centro Social e Paroquial de Quinchães. Chamou, ainda a atenção para a salvaguarda das passagens de serventia existentes. Seguidamente tomou a palavra Pedro Frazão para perguntar se iriam votar apenas a desafecção ou também a cedência. De seguida, o Presidente da Mesa esclareceu que se iria votar apenas a desafecção e que a gestão seria da competência da Câmara. Seguiu-se a intervenção do Presidente da Junta de Quinchães para prestar os esclarecimentos solicitados por Miguel Summavielle. Neste sentido informou que tinham solicitado a cedência da parcela de terreno para lá instalar o Centro de Dia e Creche. Relativamente aos acessos para os quintais, mencionou que os mesmos tinham sido abertos sem o seu conhecimento e que aquando da tomada de posse do terreno a Junta iria actuar em conformidade. Finalmente, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para agradecer os esclarecimentos do Presidente da Junta de Freguesia de Quinchães, e esclareceu que a Assembleia apenas autorizava a desafecção e que a cedência era da competência da Câmara. Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com seis abstenções. Tomou a palavra Pedro Frazão para fazer a seguinte declaração de voto: *“O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata absteve-se única e exclusivamente por ter dúvidas na tramitação jurídica que aqui nos é proposta.”*-----

----- Esgotada, assim, a ordem de trabalhos foi, pelo Senhor Presidente da Mesa, dada a palavra ao público. Como ninguém quis intervir, foi encerrada a sessão. Passando-se para a aprovação da acta da sessão anterior, foi perguntado aos Membros da Assembleia se pretendiam fazer alguma alteração

ao texto. Tomou a palavra Leonor Castro para fazer a alteração ao texto na página três, linhas treze e seguintes, nomeadamente, onde se lia “... no ano de dois mil e sete, se ter comemorado pela primeira vez o Dia Internacional da Mulher...” deveria constar o seguinte texto “...no ano de dois mil e sete, se comemorou, pela primeira vez na história da democracia portuguesa o Dia Internacional da Mulher, após uma das vitórias mais marcantes das mulheres portuguesas – a despenalização da interrupção voluntária da Gravidez.”, por este ser o teor da Moção, e, na página 13, últimas linhas, onde dizia “...o Presidente do Agrupamento.” Deveria acrescentar-se “...o Presidente do Agrupamento. Tal esclarecimento não se verificou, dado que o Senhor Presidente da Mesa entendia que o assunto estava ultrapassado.” Como mais ninguém quis fazer alterações, foi colocada para aprovação a acta com as alterações apresentadas, sendo aprovada, por unanimidade.-----
-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, após aprovação, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.-----